

Operação Compliance Zero

»CB.Poder | PAULO MAURÍCIO SIQUEIRA | PRESIDENTE DA OAB-DF

Líder da associação de advogados comenta pedido de abertura de investigação contra Moraes e Toffoli. E espera uma ação firme do tribunal pela legitimidade

“O Brasil precisa de uma resposta do STF”

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do DF (OAB-DF), Paulo Maurício Siqueira, classificou como a “maior crise” já enfrentada internamente pelo Poder Judiciário a atual situação envolvendo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Em entrevista, o presidente da entidade afirmou que a seccional aprovou, por maioria, a defesa da abertura de processo de impeachment contra os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, além de defender uma investigação ampla sobre as demais autoridades envolvidas. Siqueira, conhecido como “Poli”, conversou com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Mila Ferreira, ontem, durante o programa CB.Poder, uma parceria entre o Correio Braziliense e a Tv Brasília.

Ed Alves/CB/D.A press



Qual o diagnóstico da OAB-DF sobre a crise no STF?

É a maior crise que o nosso Poder Judiciário já enfrentou sob o aspecto interno. E a OAB-DF não ficou omissa. Analisamos a situação concreta de dois dos ministros do Supremo Tribunal Federal: Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. O nosso Conselho Seccional entendeu, por maioria, pela necessidade de abertura de um processo de impeachment. Não é já a decretação do impeachment, mas sim a necessidade de uma investigação plena e ampla dos graves fatos que foram trazidos ao conhecimento do público e baseados em relatórios oficiais realizados na Polícia Federal. Em relação aos demais ministros e autoridades envolvidas, nós deliberamos que deve haver uma ampla, irrestrita e profunda investigação.

É a primeira vez que a OAB-DF se manifesta a favor da abertura de um processo de impeachment contra ministros do STF?

Infelizmente não há precedentes de uma situação como a que a gente está vivendo agora. Por isso, sim, é a primeira vez que a OAB-DF delibera e se posiciona em assunto tão grave. E o que se espera agora é que os órgãos competentes funcionem. No caso da investigação no âmbito criminal, compete ao próprio Supremo Tribunal Federal analisar a conduta de seus integrantes. No caso de crime de responsabilidade previsto na lei de 1950, compete ao Senado

Federal analisar o aspecto do possível impeachment.

O posicionamento da OAB-DF foi mais contundente do que o de outras seccionais, embora essa preocupação tenha ocorrido em todo o Brasil. Quais foram, na sua avaliação, os indícios que justificaram a abertura desse processo?

Talvez pela profunda intimidade com os Tribunais Superiores. E realmente nos deixou perplexos o relatório em que a Polícia Federal indica a existência desses indícios: desse contrato envolvendo um escritório de advocacia com parentesco com um ministro do Supremo Tribunal Federal; a relação do outro ministro com empresas e compra e venda de ativos, todos dentro desse contexto do Banco Master. Nós fomos além para mostrar que não podemos mais ter ações que não sejam concretas; esperamos posições concretas.

Qual foi o procedimento da OAB nacional?

Quando recebeu essa nossa posição, o Conselho Federal encaminhou, do meu ponto de vista de forma correta, para a abertura de uma comissão composta por juristas, não só integrantes da OAB, mas presidentes de Ordem, conselheiros federais e juristas. Temos a honra de ter dois integrantes aqui do DF: o nosso sempre presidente Délio Lins e Silva e o Dr.

Pedro Gordilho, que é um advogado muito experiente. E essa comissão vai analisar o que nós apontamos desses indícios que justificam, do nosso ponto de vista, a abertura do processo de impeachment.

Há prazos definidos?

Essa comissão foi constituída pela diretoria do Conselho Federal, pelo presidente Beto Simonetti. Fez-se a nomeação de nove integrantes. Essa comissão vai intimar os dois ministros do Supremo Tribunal Federal para que se manifestem em 10 dias perante a Ordem e vão emitir um parecer, de acordo com essa comissão, sobre a gravidade dos fatos ou não e sobre os pedidos que dali podem surgir. Esse relatório vai ser levado ao Pleno do Conselho Federal, composto por 81 integrantes, três representantes de cada unidade da federação. E dali vai sair a posição da Ordem dos Advogados do Brasil enquanto sistema: uma posição única para dizer “somos a favor da abertura de um processo de impeachment” ou “somos a favor de uma investigação mais apurada”.

Alguns caminhos vão surgir desses estudos, e nós esperamos que seja no sentido da defesa da Constituição, da moralidade, da estabilidade e da segurança jurídica que todo cidadão espera do Supremo Tribunal Federal e de todo o Poder Judiciário. Isso talvez seja o ponto mais grave que a gente tem na mesa hoje. Sem um Poder Judiciário com

credibilidade, não há democracia, não há República para a gente defender e trabalhar como fazemos há muitos anos aqui neste país.

O que podemos esperar da sessão de hoje?

O Brasil precisa de uma resposta do Supremo Tribunal Federal, uma resposta de que ainda temos probidade, de que ainda temos um julgamento correto com o devido processo legal, mas que mostre que todos devem estar sob a Constituição e a lei, respeitando o que todos nós temos a obrigação de respeitar. Esse é o recado que eu espero amanhã. Não tenho expectativa de já haver uma definição plena, mas pelo menos que haja a análise da suspeição dos ministros que estão sendo questionados e que haja um indicativo de como se deve dar uma investigação isenta, com direito de defesa e mais profunda. Então, é uma sessão histórica que todos vamos acompanhar de perto, e nossas expectativas são as mais positivas possíveis, porque o ministro Fachin tem feito um trabalho nesse sentido.

O ministro Edson Fachin tomou decisões importantes ao retirar a relatoria do inquérito das fake news do ministro Alexandre de Moraes e redistribuir os inquéritos do Banco Master e do INSS que estavam com o ministro André Mendonça. Como o senhor avalia esse gesto?

Eu entendo que é um sinal positivo para prevalecer a autoridade do Supremo Tribunal Federal, para que ele tenha a capacidade de analisar todos esses processos com a imparcialidade que se espera. E foi preciso fazer esse freio de arrumação neste primeiro momento para que a gente tenha a sequência dessas investigações que precisam acontecer. Nós não podemos parar de averiguar a ocorrência de possíveis crimes graves para analisar só o aspecto individual dos integrantes do Supremo, porque todos têm que responder conforme a lei. E a gente tem ali fatos que têm impactos gigantescos na vida do cidadão: no INSS, a gente está falando de centenas de milhares, talvez milhões de pessoas possivelmente prejudicadas com os graves crimes que ali estão sendo postos.

* Estagiária sob supervisão de Carlos Alexandre Souza

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Hoje é o Dia D de uma guerra do Peloponeso entre os ministros do Supremo

A sessão do Supremo Tribunal Federal marcada para esta terça-feira é o Dia D de uma crise sem precedentes na história da Corte. Sob a presidência do ministro Edson Fachin, o plenário decidirá se autoriza a abertura de investigação sobre Alexandre de Moraes por causa de suas relações com Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master. Não se trata ainda de julgar nem de condenar o ministro, mas de decidir se os indícios reunidos pela Polícia Federal justificam uma investigação. Essa distinção é fundamental para o devido processo legal.

O Supremo vive sua própria guerra do Peloponeso. No conflito narrado por Tucídides, Atenas e Esparta arrastaram seus aliados para uma disputa prolongada que enfraqueceu todos, destruiu equilíbrios e abriu caminho para a decadência das cidades gregas. No STF, a guerra de despachos, ofícios, pedidos de suspeição, mudanças de relatoria, levantamento de sigilos e acusações cruzadas transformou divergências jurídicas numa luta interna sem precedentes pelo controle dos processos e pela sobrevivência das biografias.

O plenário examinará relatório da PF sobre 52 mensagens encontradas no celular de Vercaro. Os diálogos registrariam pedidos de orientação e ajuda feitos pelo banqueiro quando já estava sob investigação e prestes a ser preso. Também suscitam dúvidas sobre encontros fora da agenda oficial e circulação de informações em segredo de Justiça. Soma-se a isso o contrato de R\$ 131 milhões firmado pelo Banco Master com o escritório de Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro.

Moraes tem direito à presunção de inocência, à ampla defesa e ao contraditório. Justamente por isso, a apuração é necessária. Sem uma investigação técnica, as dúvidas continuarão submetidas aos vazamentos, às versões interessadas e à batalha política. A crise se agravou porque as suspeitas deixaram de ser examinadas apenas nos autos e passaram a orientar movimentos dos próprios ministros.

André Mendonça determinou diligências que atingiram o entorno de Moraes. Este reagiu questionando a condução das investigações e exigindo acesso a documentos sigilosos. Gilmar Mendes, Flávio Dino e Cristiano Zanin também contestaram procedimentos adotados por Mendonça. Fachin assumiu a relatoria do caso envolvendo Moraes, centralizou processos e determinou a abertura das informações que não comprometessem diligências em curso.

A Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal, instituições que deveriam funcionar como garantidoras da legalidade, também foram arrastadas para o conflito. Cada relatório, despacho ou manifestação passou a ser interpretado como movimento de uma das facções. Até o levantamento do sigilo da rede de pagamentos de Vercaro, determinado por Mendonça depois de solicitação de Moraes e aval da PGR, converteu-se em arma nessa batalha.

Proximidade tóxica

A operação autorizada por Dino contra o deputado Cezinha de Madureira abriu outra frente. Mensagens indicariam que o parlamentar prometia levar pessoalmente pedidos ao ministro Kassio Nunes Marques em processos nos quais havia contratos de honorários condicionados ao êxito. Dino ressaltou que Nunes Marques não é investigado e que receber advogados, políticos e memoriais faz parte da atividade institucional.

Essa sucessão de fatos ocorre a três semanas do primeiro turno de uma eleição indefinida. Os três levantamentos mais recentes apresentam números diferentes no primeiro turno, mas convergem para um empate entre Lula e Flávio Bolsonaro no segundo. A AtlasIntel/Bloomberg registra Lula com 43% e Flávio com 37% no primeiro turno; no segundo, ambos aparecem com aproximadamente 46%. Na pesquisa BTG Pactual/Nexus, Lula tem 42% contra 37%, mas o segundo turno seria decidido por apenas um ponto: 47% a 46%. A Quaest mostra Lula com 36% e Flávio com 31% na primeira rodada, porém inverte a ordem no segundo turno: 42% para Flávio e 40% Lula, também em empate técnico.

Nem Lula nem Flávio consolidaram vantagem capaz de afastar a possibilidade de derrota. Num cenário tão apertado, qualquer revelação, decisão judicial ou vazamento pode deslocar os eleitores independentes. A crise do Master já atingiu personagens de diferentes campos políticos e transformou o Supremo, que deveria arbitrar os conflitos eleitorais, em protagonista da campanha. O dado mais dramático vem da pesquisa Quaest: 56% dos entrevistados afirmam não confiar no STF, dez pontos a mais do que em agosto. Somente 9% dizem confiar muito na instituição, contra 18% no levantamento anterior.

O desgaste alcança setores independentes e eleitores que não se identificam com nenhum dos dois polos. O STF tornou-se uma instituição eleitoralmente tóxica. Para o bolsonarismo, Moraes simboliza as decisões que atingiram Jair Bolsonaro e seus aliados. Para o campo governista, a associação construída entre Lula e setores do Supremo ameaça arrastar o presidente para uma crise que não criou, mas da qual não consegue se desvencilhar.

O desafio de Fachin vai além do destino de Moraes. Cabe-lhe impedir que o tribunal se transforme num comitê eleitoral ou numa confederação de gabinetes em guerra. Como no conflito do Peloponeso, o maior perigo não está na vitória de um lado, mas na destruição da autoridade moral da Corte.

Ministros com excesso de poder

» MARIA EDUARDA LAVOCAT

O Podcast do **Correio** recebeu, ontem, Pablo Holmes, professor associado do Instituto de Ciência Política (IPol) e da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Em conversa com as jornalistas Adriana Bernardes e Aline Gouveia, o especialista analisou a crise no Supremo Tribunal Federal (STF).

Holmes afirmou que a crise é resultado de um longo processo, que não começou agora nem está relacionado exclusivamente aos ministros Alexandre de Moraes ou André Mendonça. Segundo ele, o cenário está ligado ao desenho institucional do STF, que confere grande poder individual aos ministros, além da polarização e das crises políticas que se sucederam desde o mensalão.

Para o professor, esse contexto levou a um protagonismo político excessivo dos ministros. “O STF foi colocado no centro das decisões e, internamente, a Corte não soube administrar isso”, afirmou. Segundo ele, ministros isolados acabam prejudicando a legitimidade do tribunal em benefício de causas próprias, interesses políticos e partidários e da busca por protagonismo.

Ed Alves/CB/D.A Press



Na avaliação do professor, a crise envolvendo os processos relacionados ao Banco Master e a disputa interna das últimas semanas atinge a legitimidade e a confiança na Corte. “Essa guerra atinge a legitimidade, atinge a confiança institucional, atinge a posição institucional da Corte. Não existe democracia sem um Judiciário estabelecido”, disse.

Pablo Holmes vê com reservas algumas propostas sobre

mudanças no modelo de nomeação dos ministros. Ele critica os modelos de eleição direta, por exemplo. “São alguns dos piores, ou que nenhum país adota”, afirmou. Ele também ressaltou que um modelo diferente de seleção não impediria a influência de interesses políticos e econômicos. “O que a gente tem que fazer é criar instituições que tornem o STF um pouco menos suscetível a esses fatores”, destacou.



O STF foi colocado no centro das decisões e, internamente, a Corte não soube administrar isso”

Pablo Holmes, cientista político

Os problemas no Judiciário ocorrem em um contexto no qual a política, muitas vezes, procura se impor sobre os tribunais. Pablo Holmes lembrou que críticas a cortes constitucionais como “ditaduras do Judiciário” não são exclusivas do Brasil e aparecem em países que passaram por processos de erosão democrática. “A primeira coisa que um ditador moderno faz é se apropriar do tribunal constitucional”, ressaltou.

Para Holmes, os principais beneficiários dessa desconfiança institucional são atores que pretendem concentrar poder e impor suas próprias interpretações da Constituição, inclusive contra direitos de minorias.